

**DAIANE DA COSTA BARROS**

**IMPACTOS ECONÔMICOS E DESAFIOS ESTRUTURAIS NO  
AGRONEGÓCIO DO NORDESTE BRASILEIRO NO PÉRIODO DE 2020 A  
2024.**

**SÃO PAULO-SP  
2025**

DAIANE DA COSTA BARROS

**IMPACTOS ECONÔMICOS E DESAFIOS ESTRUTURAIS  
NO AGRONEGÓCIO DO NORDESTE BRASILEIRO NO PÉRIODO DE 2020  
A 2024.**

Artigo apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário Cidade Verde (UNICV), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora:

Prof.<sup>a</sup> Ms. Margarete Campos Vieira

SÃO PAULO -SP - 2025

## IMPACTOS ECONÔMICOS E DESAFIOS ESTRUTURAIS NO AGRONEGÓCIO DO NORDESTE BRASILEIRO NO PÉRIODO DE 2020 A 2024.

Daiane da Costa Barros<sup>1</sup>  
Margarete Campos Vieira<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O agronegócio representa um dos principais pilares da economia brasileira, com forte contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB), exportações e geração de empregos. No Nordeste, apesar das adversidades históricas como escassez hídrica, desigualdades sociais e limitações logísticas, o setor tem apresentado expansão significativa, especialmente em cadeias como a fruticultura irrigada, soja, algodão, cana-de-açúcar e pecuária. Este artigo analisa os impactos econômicos do agronegócio nordestino no período de 2020 a 2024, identificando os principais desafios estruturais que limitam seu desenvolvimento sustentável. A fundamentação teórica integra distintas abordagens da ciência econômica, como a Economia Agrícola, Economia do Desenvolvimento, Organização Industrial, Economia Institucional e Economia dos Recursos Naturais. A metodologia utilizada é mista (qualitativa e quantitativa), com base em revisão bibliográfica e análise de dados secundários. Os resultados evidenciam que, embora haja avanços tecnológicos e produtivos relevantes, persistem entraves estruturais que afetam especialmente a agricultura familiar e a equidade no acesso a mercados, crédito e assistência técnica.

**Palavras-chave:** Agronegócio; Nordeste brasileiro; Crescimento econômico; Desigualdades regionais; Agricultura familiar.

### **ABSTRACT**

Agribusiness is one of the main pillars of the Brazilian economy, with a strong contribution to the Gross Domestic Product (GDP), exports, and job creation. In the Northeast region, despite historical challenges such as water scarcity, social inequalities, and logistical limitations, the sector has shown significant growth, especially in areas like irrigated fruit farming, soy, cotton, sugarcane, and livestock. This article analyzes the economic impacts of agribusiness in Northeastern Brazil between 2020 and 2024, identifying key structural challenges that hinder its sustainable development. The theoretical framework integrates different approaches from economic science, such as Agricultural Economics, Development Economics, Industrial Organization, Institutional Economics, and Natural Resource Economics. The methodology is mixed (qualitative and quantitative), based on bibliographic review and analysis of secondary data. The results reveal that, despite technological and productive advances, structural bottlenecks persist, particularly affecting family farming and equitable access to markets, credit, and technical support.

**Keywords:** Agribusiness; Northeastern Brazil; Economic growth; Regional inequalities; Family farming.

---

<sup>1</sup> Daiane da Costa Barros, graduanda do curso de Ciências Econômicas EAD pelo Centro Universitário Cidade (UNICV) barrosdaiane755@gmail.com.

<sup>2</sup> Margarete Campos Vieira, Economista e Mestra em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e-mail: margaretecv0@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O agronegócio é historicamente um dos pilares da economia brasileira, destacando-se pela geração de riquezas, ampliação das exportações e criação de empregos. Nas últimas décadas, o setor tem se modernizado com a incorporação de tecnologias, ampliando sua contribuição para o desenvolvimento nacional. Em 2024, sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) alcançou 23,2%, conforme dados do CEPEA. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta que cerca de 9,3% dos empregos formais no Brasil estão diretamente ligados ao setor, evidenciando seu papel socioeconômico. No Nordeste, apesar das dificuldades estruturais — como escassez hídrica, desigualdades sociais e limitações logísticas —, o agronegócio tem apresentado crescimento consistente no período recente, especialmente em cadeias produtivas estratégicas. A região apresenta vocações produtivas importantes em áreas como fruticultura irrigada, soja, algodão, cana-de-açúcar e pecuária, revelando seu potencial para integrar-se de forma mais ampla às cadeias agroindustriais.

Estados como Bahia, Pernambuco e Ceará têm se destacado por sua produção agrícola e pecuária. A Bahia lidera a produção de grãos e algodão, enquanto Pernambuco e o Ceará se sobressaem na fruticultura irrigada, especialmente no Vale do São Francisco e na produção de frutas tropicais adaptadas ao semiárido. Alagoas mantém relevância na produção de cana-de-açúcar, mesmo diante de desafios ligados à modernização. Maranhão e Piauí vêm crescendo com a expansão da fronteira agrícola do Matopiba. No Rio Grande do Norte e na Paraíba, cultivos voltados à exportação, como melão e mamão, e a produção leiteira ganham destaque. Sergipe tem avançado na integração entre agricultura e pecuária. Apesar das diferenças entre os estados, o agronegócio nordestino vem se consolidando como um componente estratégico do desenvolvimento regional. No entanto, o setor ainda enfrenta desafios persistentes, especialmente no que se refere à agricultura familiar, que continua a ter acesso limitado a crédito, mercados e assistência técnica.

A coexistência entre a modernização agroindustrial e as dificuldades estruturais da produção familiar exige uma abordagem crítica. As desigualdades regionais e produtivas impõem a necessidade de políticas públicas eficazes que promovam inclusão e equilíbrio no desenvolvimento do setor.

Este estudo concentra-se no agronegócio do Nordeste brasileiro entre os anos de 2020 e 2024, com foco nas cadeias produtivas de maior expressão — fruticultura

irrigada, soja, algodão, cana-de-açúcar e pecuária — e nos principais desafios estruturais enfrentados pelo setor. O recorte geográfico abrange os nove estados da região (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). O objetivo principal é analisar os impactos econômicos do agronegócio no período, especialmente quanto aos entraves que dificultam seu desenvolvimento sustentável e equilibrado. Busca-se, ainda, avaliar os efeitos do setor na geração de empregos, nas exportações e no PIB regional; identificar os obstáculos estruturais mais relevantes; e analisar o papel da agricultura familiar no desenvolvimento socioeconômico do Nordeste.

## 2 O AGRONEGÓCIO NO CONTEXTO HISTÓRICO E ECONÔMICO

O termo agronegócio refere-se ao conjunto de atividades econômicas relacionadas à produção, processamento e distribuição de produtos agropecuários. Conforme Davis e Goldberg (1957), pioneiros na conceituação do agronegócio, esse setor engloba três segmentos principais: insumos agrícolas, produção agropecuária e distribuição e processamento dos produtos finais. O agronegócio é um setor estratégico para muitas economias, especialmente em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde representa uma parcela significativa do PIB, das exportações e da geração de empregos (IBGE, 2022). Sua dinâmica está fortemente ligada às condições macroeconômicas (taxa de câmbio, políticas fiscais e monetárias), ao comércio internacional e à inovação tecnológica no campo.

O agronegócio no Brasil teve origem na década de 1950, mas ganhou impulso em 1973 com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). A instituição foi responsável por desenvolver bases tecnológicas adaptadas à realidade da agricultura e da pecuária tropical, tendo papel essencial na expansão do modelo produtivo voltado à exportação que passou a integrar o Brasil às cadeias globais de alimentos. Conforme DEL GROSSI:

“O modelo agroindustrial brasileiro nasceu sob a influência da Revolução Verde, caracterizando-se pelo uso intensivo de máquinas, insumos químicos e grandes extensões de terra, priorizando culturas de valor comercial e voltadas ao mercado externo” (DEL GROSSI, 2017, p. 42).

Valorização cambial e a estabilidade econômica impulsionaram o agronegócio, consolidando-o como um dos pilares das exportações brasileiras. Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA, 2023), o setor responde por cerca de 50% da pauta exportadora nacional.

Dada sua complexidade, o agronegócio abrange os três setores da economia: o setor primário, que compreende a produção agrícola e pecuária; o setor secundário, ligado à agroindústria e ao processamento de matérias-primas; e o setor terciário, que envolve a comercialização, distribuição e venda de produtos agropecuários.

Nos últimos anos, o Nordeste passou a exercer um papel mais expressivo no cenário do agronegócio, destacando-se em cadeias como a fruticultura irrigada, a soja e a pecuária. A região tornou-se referência em inovação, com uso de tecnologias adaptadas ao clima semiárido, como irrigação localizada, cultivares resistentes à seca, automação de processos produtivos e aproveitamento de recursos hídricos escassos. Medeiros e Santos (2022) afirmam que o Nordeste representa um espaço de experimentação tecnológica e adaptação agrícola. Conforme FERREIRA:

“O Nordeste é um campo fértil de oportunidades para o agronegócio, sobretudo pela vocação natural de seus solos e pelas condições climáticas favoráveis à fruticultura tropical e subtropical” (FERREIRA; SOUZA, 2021, p. 87).

Apesar dos avanços, a desigualdade regional ainda é um desafio marcante. Enquanto áreas tecnificadas despontam como polos competitivos, comunidades rurais vizinhas dependem da agricultura familiar e enfrentam limitações no acesso a mercados, crédito e assistência técnica.

Programas como o Plano Safra, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Água para Todos são fundamentais para garantir acesso a financiamento, infraestrutura hídrica e suporte técnico. Conforme GRAZIANO DA SILVA:

“A presença do Estado é indispensável para equilibrar as desigualdades históricas entre as regiões agrícolas do país, especialmente no semiárido nordestino” (GRAZIANO DA SILVA, 2020, p. 109).

Além disso, o semiárido impõe desafios climáticos consideráveis. A escassez hídrica, somada a longos períodos de estiagem, limita a produtividade e exige estratégias específicas de convivência com o clima local. Conforme SILVA:

*“O Nordeste brasileiro é marcado por uma irregularidade hídrica, que exige políticas públicas voltadas à convivência com o semiárido, e não apenas de combate à seca” (SILVA; LIMA, 2021, p. 56).*

Compreender o agronegócio nordestino, portanto, exige a análise crítica de sua inserção econômica, dos desafios estruturais persistentes e das oportunidades de transformação por meio de estratégias inclusivas e sustentáveis.

## **2.1 A Interação entre Economia e Agronegócio**

A inter-relação entre economia e agronegócio pode ser observada em diversos níveis. A formação de preços agrícolas, por exemplo, depende das condições de oferta e demanda, das políticas de subsídio, dos custos de produção e dos fatores climáticos. Já o comércio internacional de commodities é influenciado por barreiras tarifárias, acordos comerciais e flutuações cambiais. Além disso, o agronegócio é impactado por economias de escala, externalidades ambientais e estruturas de mercado (concorrência perfeita, monopólio, oligopólio), exigindo políticas públicas que equilibrem a eficiência econômica com a sustentabilidade ambiental e a inclusão social.

### **2.1.1 BASES TEÓRICAS E ECONÔMICAS DO AGRONEGÓCIO NORDESTINO**

O agronegócio configura-se como um dos principais vetores do desenvolvimento econômico brasileiro, articulando-se de forma complexa entre os setores primário, secundário e terciário. Segundo Del Grossi e Ferreira (2017), sua origem moderna remonta à década de 1970, impulsionada pela criação da EMBRAPA e pela adoção de tecnologias da Revolução Verde. O modelo agroindustrial consolidado no Brasil, conforme os autores, é caracterizado pela intensificação do uso de insumos, mecanização e expansão de monoculturas voltadas à exportação.

No Nordeste brasileiro, a expansão do agronegócio ocorre em um contexto marcado por profundas desigualdades estruturais. Medeiros e Santos (2022) destacam que a região tem se transformado em um laboratório de inovação tecnológica no campo, especialmente na fruticultura irrigada, com o uso de cultivares adaptadas ao semiárido, irrigação localizada e automação. Apesar disso, persistem desafios relacionados à escassez hídrica, à concentração fundiária e à exclusão da agricultura familiar das cadeias produtivas mais lucrativas.

Para compreender essa dinâmica, é essencial recorrer à Economia Agrícola, que analisa a alocação eficiente de recursos escassos no setor agropecuário. Essa vertente busca otimizar o uso de fatores como terra, trabalho e capital, conforme os princípios microeconômicos aplicados à produção rural. Contudo, a realidade nordestina exige também o suporte da Economia do Desenvolvimento, especialmente nas formulações de Lewis (1954) e Prebisch (1949). Esses autores enfatizam a dualidade entre setores modernos e tradicionais e os efeitos da inserção desigual das regiões periféricas no processo de crescimento econômico.

No caso nordestino, a coexistência entre grandes empreendimentos tecnificados e a agricultura familiar de subsistência evidencia essa dualidade. Enquanto polos como o Vale do São Francisco despontam como exemplos de modernização agrícola, comunidades vizinhas carecem de acesso a crédito, infraestrutura e assistência técnica. Essa contradição reforça a importância do papel do Estado na promoção de políticas públicas voltadas à redução das assimetrias regionais, como destacam Graziano da Silva (2020) e Silva e Lima (2021). Programas como o PRONAF e o Plano Safra são instrumentos estratégicos para fomentar a inclusão produtiva, sobretudo no semiárido.

A Economia Institucional, especialmente nos trabalhos de North (1990) e Williamson (1985), contribui para a análise dos fatores institucionais que condicionam o desempenho do agronegócio. Instituições formais (leis, contratos, regulamentações) e informais (normas, valores) moldam os custos de transação, a estabilidade das relações econômicas e a atratividade de investimentos no setor. No Nordeste, a ausência de regularização fundiária e de segurança jurídica representa um obstáculo significativo para o desenvolvimento sustentável, afetando principalmente os pequenos produtores.

A abordagem da Organização Industrial também é útil para interpretar a estrutura das cadeias agroindustriais na região. Carlton e Perloff (2005) observam que o setor apresenta características oligopsônicas, com forte poder de barganha por parte dos grandes compradores. Isso afeta diretamente a distribuição de renda ao longo das cadeias produtivas, limitando a autonomia dos produtores menores e dificultando sua inserção competitiva nos mercados. Tais distorções justificam a necessidade de políticas regulatórias e de fortalecimento de cooperativas e arranjos produtivos locais.

A interdependência setorial do agronegócio pode ser analisada com base na

matriz insumo-produto de Leontief (1941), que permite mensurar os impactos diretos, indiretos e induzidos da atividade agroindustrial sobre o PIB, o emprego e a renda. No caso nordestino, setores a montante (como fertilizantes e máquinas) e a jusante (como logística e exportação) tornam-se decisivos para a dinamização econômica regional. Os dados analisados no período de 2020 a 2024 evidenciam aumento na participação do setor no PIB regional e na geração de empregos formais, especialmente nos estados da Bahia, Pernambuco e Piauí.

Entretanto, os ganhos econômicos não se distribuíram de forma equitativa. A Economia Regional explica essas desigualdades a partir da localização dos polos de desenvolvimento, da distribuição dos fatores de produção e do acesso desigual a mercados e infraestrutura. O Nordeste ainda enfrenta gargalos logísticos que elevam custos e reduzem a competitividade de regiões periféricas. Além disso, como argumenta Sen (1999), o desenvolvimento deve ser medido não apenas pelo crescimento do produto agregado, mas pela ampliação das liberdades individuais e da inclusão produtiva. Nesse sentido, a agricultura familiar, embora marginalizada, tem papel fundamental na segurança alimentar e na coesão social.

Por fim, a Economia dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente, com base em Pearce e Turner (1990), destaca que a expansão do agronegócio deve considerar os limites ecológicos. No semiárido, a escassez hídrica exige políticas de convivência com o clima, e não apenas de combate à seca. Práticas sustentáveis, como o uso eficiente da água, a valoração de serviços ecossistêmicos e os incentivos à produção orgânica, são essenciais para garantir a viabilidade de longo prazo da atividade. Dessa forma, a análise teórica integrada ao contexto empírico revela que o agronegócio no Nordeste, embora dinâmico e estratégico, ainda enfrenta desafios estruturais profundos. A superação desses entraves requer a articulação entre conhecimento econômico, políticas públicas eficazes e valorização das especificidades regionais. É nesse equilíbrio entre produtividade, inclusão e sustentabilidade que reside o potencial transformador do agronegócio para a realidade nordestina.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta pesquisa adota uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa, com o objetivo de analisar os impactos econômicos do agronegócio no Nordeste brasileiro e

identificar os principais desafios estruturais que limitam seu desenvolvimento sustentável.

Caracteriza-se como pesquisa descritiva e exploratória. A abordagem descritiva busca mapear os elementos constitutivos do agronegócio nordestino, enquanto a exploratória permite o aprofundamento em variáveis que influenciam o desempenho do setor.

Como procedimentos técnicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com base em obras científicas, artigos acadêmicos, dissertações, teses, relatórios institucionais e documentos oficiais. As fontes incluem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), entre outras.

Realizou-se também análise documental e estatística, por meio da coleta e sistematização de dados secundários referentes ao período de 2020 a 2024. Foram considerados indicadores como geração de empregos formais, participação no Produto Interno Bruto (PIB) regional, desempenho das exportações, e expansão das principais cadeias produtivas da região.

Além disso, será feita a correlação entre variáveis, como a produtividade agrícola e o nível de emprego formal nos estados, com uso de análises descritivas e cruzamento de dados estatísticos comparativos entre regiões. A interpretação dos dados será conduzida com base na articulação entre os referenciais teóricos e as evidências empíricas levantadas, de forma a construir um panorama analítico que contribua para a compreensão crítica das dinâmicas produtivas do agronegócio nordestino. A análise abrangerá também o contraste entre grandes empreendimentos agroindustriais e a agricultura familiar, observando as desigualdades no acesso a crédito, tecnologias e inserção em cadeias produtivas.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

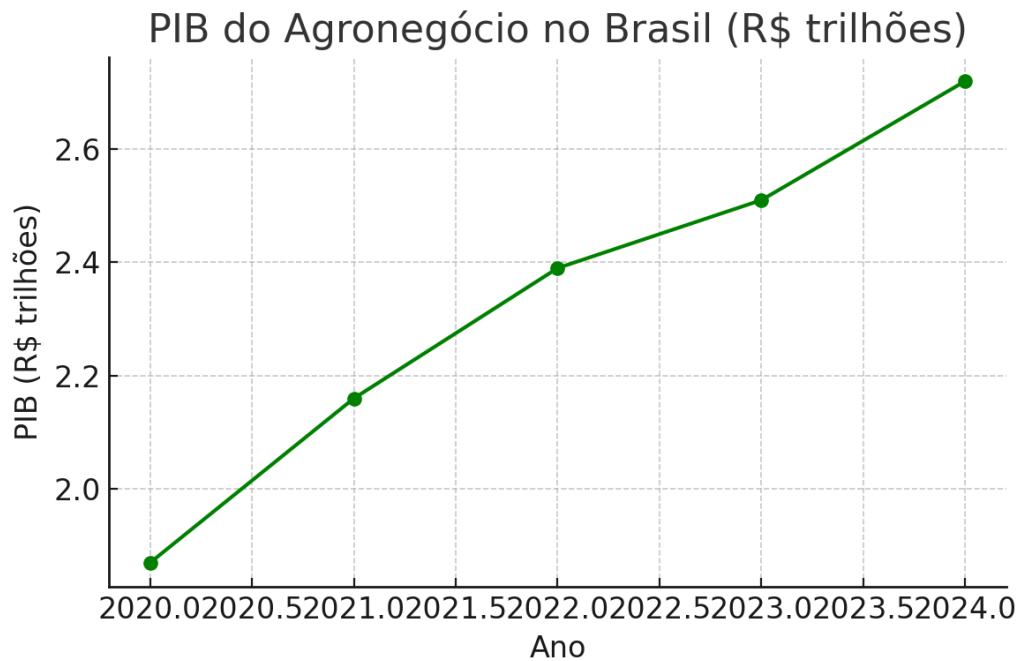
A compreensão do agronegócio nordestino requer o apoio de distintos referenciais econômicos que permitam analisar, de forma integrada, tanto suas dinâmicas produtivas quanto os entraves estruturais que afetam sua evolução. Este capítulo fundamenta-se em abordagens da Economia Agrícola, Economia do

Desenvolvimento, Economia Institucional, Economia dos Recursos Naturais e Organização Industrial, com o objetivo de construir um arcabouço teórico capaz de sustentar a análise empírica realizada ao longo do trabalho. O enfoque recai sobre temas como crescimento regional, desigualdade estrutural, eficiência produtiva e sustentabilidade no semiárido.

### 5.1 Participação do Agronegócio no PIB Regional

Em 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro totalizou R\$ 2,72 trilhões, representando 23,2% do PIB nacional (CNA, 2024). No contexto regional, observa-se uma contribuição expressiva do setor para a economia do Nordeste, especialmente nos estados da Bahia, Pernambuco e Piauí. Ainda que os dados desagregados por unidade federativa sejam limitados, evidências indicam que essas regiões mantêm vínculos significativos com cadeias produtivas como soja, fruticultura e pecuária.

**Gráfico 1 – Evolução do PIB do Agronegócio no Brasil (2020–2024)**



**Fonte: CEPEA/CNA (2024).**

**Tabela 1 – Estimativa do PIB do Agronegócio em Estados Selecionados (2024)**

Estado	PIB Total (R\$ bilhões)	PIB do Agronegócio (R\$ bilhões)
Bahia	410	94
Pernambuco	250	55
Piauí	100	24

Fonte: CEPEA/CNA (2024).

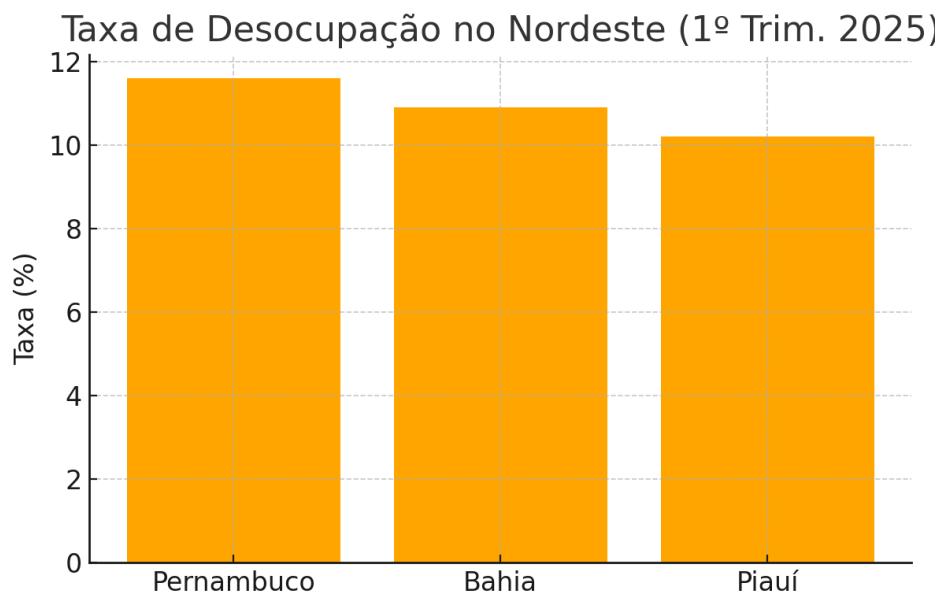
A presença significativa do agronegócio no PIB desses estados reforça sua importância econômica, ainda que persistam disparidades em relação ao desempenho de outras regiões mais industrializadas e capitalizadas, como o Centro-Oeste. No entanto, a concentração da análise em estados de maior expressão econômica pode deixar de captar importantes assimetrias internas. Uma investigação mais aprofundada sobre estados como Sergipe e Alagoas, cuja participação é menos expressiva, permitiria uma visão mais completa das desigualdades regionais dentro do próprio Nordeste.

## 5.2 Empregos no Setor Agropecuário

O agronegócio brasileiro foi responsável pela geração de aproximadamente 28,2 milhões de postos de trabalho em 2024, o que equivale a 26% do total de ocupações no país (CNA, 2024). No entanto, a região Nordeste manteve elevados índices de desocupação. No primeiro trimestre de 2025, os estados de Pernambuco (11,6%), Bahia (10,9%) e Piauí (10,2%) apresentaram as maiores taxas da região (IBGE, 2025).

Esses dados revelam uma lacuna entre o potencial produtivo do setor e sua capacidade efetiva de gerar empregos formais no Nordeste. Grande parte das ocupações no campo ainda é marcada pela informalidade, sazonalidade e baixa remuneração, o que limita o impacto social do agronegócio na região. Conforme argumenta Delgado (2012), o modelo de desenvolvimento agroexportador brasileiro tem reforçado a concentração regional da renda e dos investimentos, dificultando a inclusão produtiva em áreas historicamente marginalizadas.

**Gráfico 2 – Taxa de Desocupação nos Estados do Nordeste (1º Trimestre de 2025)**

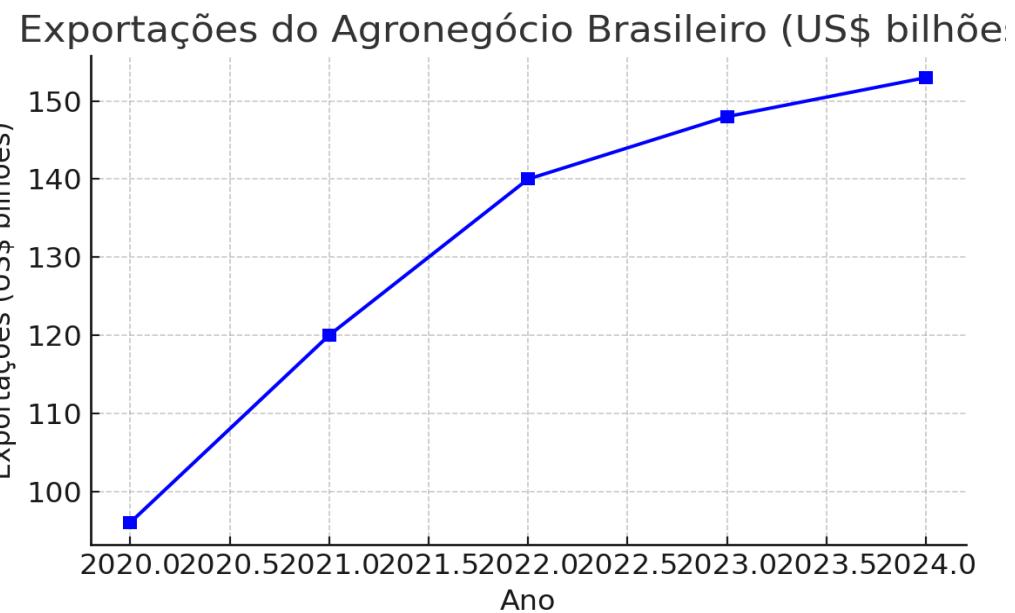


Fonte: IBGE/PNAD Contínua (2025)

### 5.3 Exportações do Agronegócio

As exportações do agronegócio brasileiro totalizaram US\$ 153 bilhões em 2024, representando 45,2% do total exportado pelo país (MAPA, 2024). No âmbito regional, o Nordeste foi responsável por US\$ 5 bilhões em exportações no mesmo período, com destaque para o complexo soja, que respondeu por aproximadamente 38% do montante exportado (Banco do Nordeste, 2024).

**Gráfico 3 – Exportações do Agronegócio Brasileiro (2020–2024)**



Fonte: MAPA (2024)

Tabela 2 – Exportações do Agronegócio no Nordeste (2024)

Estado	Exportações (US\$ milhões)	Principal Produto
Bahia	1.800	Soja
Pernambuco	1.400	Frutas
Piauí	700	Grãos

Fonte: MAPA (2024)

Esse desempenho reforça a relevância das cadeias produtivas voltadas à exportação, embora também revele uma dependência de mercados externos e de produtos com baixo valor agregado. Tal estrutura expõe os produtores regionais à volatilidade de preços internacionais e reduz os efeitos multiplicadores da atividade econômica local. A ausência de políticas industriais e de estímulo à transformação agroalimentar dificulta a inserção do Nordeste nas etapas mais lucrativas das cadeias globais de valor.

A análise conjunta dos dados evidencia a relevância do agronegócio como vetor estratégico da economia brasileira e sua presença expressiva no Nordeste. Apesar disso, persistem desafios estruturais que limitam seus efeitos distributivos e sua

sustentabilidade no longo prazo. A elevada taxa de desocupação, associada à informalidade no meio rural, aponta para um descompasso entre crescimento econômico e geração de empregos de qualidade. Ademais, a forte dependência das exportações primárias evidencia a necessidade de políticas que promovam a agregação de valor, a diversificação de mercados e o fortalecimento de cadeias produtivas locais.

Nesse sentido, torna-se fundamental articular estratégias que contemplem:

- A qualificação da mão de obra rural.
- O estímulo à agroindustrialização.
- O apoio à agricultura familiar e à inovação tecnológica adaptada ao semiárido.

Conforme destaca Graziano da Silva (2010), o desenvolvimento rural sustentável no Brasil exige a superação das desigualdades regionais e a valorização dos territórios menos dinâmicos, o que implica um novo pacto institucional que integre produção, inclusão e sustentabilidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise evidencia que o agronegócio desempenha um papel econômico central na dinâmica de desenvolvimento do Nordeste brasileiro, refletindo-se em avanços significativos no PIB regional, na geração de empregos formais e no aumento das exportações. No entanto, o setor convive com contradições estruturais que limitam seu pleno desenvolvimento, especialmente no que tange à agricultura familiar.

Observou-se que, apesar da adoção de tecnologias e da expansão de cadeias produtivas em estados como Bahia, Pernambuco e Piauí, persistem obstáculos relacionados à concentração fundiária, desigualdade no acesso a recursos e infraestrutura precária. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas estruturadas que aliem incentivo à produção em larga escala com estratégias de inclusão produtiva e redução das assimetrias regionais, especialmente no que se refere aos pequenos agricultores.

Além disso, a análise evidencia que o fortalecimento do agronegócio nordestino requer uma atuação integrada entre os setores público e privado, com ênfase em políticas que promovam a capacitação técnica, a regularização fundiária e o acesso

ao crédito para pequenos produtores. A adoção de tecnologias sustentáveis adaptadas ao semiárido e o incentivo à agroindustrialização regional são estratégias fundamentais para agregar valor à produção local, reduzir desigualdades e aumentar a resiliência econômica da região. Assim, o agronegócio pode consolidar-se não apenas como motor de crescimento, mas como instrumento de transformação social e territorial no Nordeste brasileiro.

O artigo contribui, assim, para a compreensão crítica do agronegócio nordestino, ao revelar tanto suas conquistas quanto seus desafios. Espera-se que os dados e análises aqui apresentados possam subsidiar futuras decisões políticas e acadêmicas voltadas a um modelo de crescimento mais equilibrado, sustentável e inclusivo para a região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLTON, DENNIS W.; PERLOFF, JEFFREY M. *Modern industrial organization*. 4. ed. Boston: Pearson Addison Wesley, 2005.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA. *Panorama do agronegócio brasileiro: impactos regionais e nacionais*. São Paulo: CEPEA, 2024.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA. *Estudo sobre o impacto do agronegócio no PIB regional*. Brasília: CNA, 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS – CNM. *Estudo sobre emprego formal e o agronegócio*. Brasília: CNM, 2024.

DEL GROSSI, M. E.; FERREIRA, M. F. *Agronegócio no Brasil: aspectos históricos, produtivos e sociais*. São Paulo: Atlas, 2017.

FERREIRA, L. S.; SOUZA, D. P. *A fruticultura irrigada no Nordeste brasileiro: desafios e potencialidades*. Revista de Estudos Agroindustriais, v. 15, n. 3, p. 87–101, 2021.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Desigualdades regionais e políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Indicadores econômicos regionais: Nordeste*. Brasília: IBGE, 2023.

LEONTIEF, WASSILY. *The structure of American economy, 1919–1939: an empirical application of equilibrium analysis*. Cambridge: Harvard University Press, 1941.

LEWIS, W. ARTHUR. *Economic development with unlimited supplies of labour*. The Manchester School, v. 22, n. 2, p. 139–191, 1954.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA. *Relatório anual sobre o agronegócio brasileiro*. Brasília: MAPA, 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA. *Relatório sobre o papel do agronegócio no desenvolvimento do Nordeste*. Brasília: MAPA, [s.d.].

MARTINS, J. A.; PEREIRA, F. *A dinâmica do agronegócio no Brasil: impactos econômicos e sociais*. Brasília: UNB, 2019.

MEDEIROS, R. M.; SANTOS, P. *Tecnologias no agronegócio: inovação e adaptação no semiárido nordestino*. Revista Brasileira de Economia e Sociedade, v. 34, n. 2, p. 45–62, 2022.

NORTH, DOUGLASS C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – FAO. *Políticas agrícolas e sua implementação no Brasil*. [S.I.: s.n.], [s.d.].

PEARCE, DAVID W.; TURNER, R. KERRY. *Economics of natural resources and the environment*. London: Harvester Wheatsheaf, 1990.

PREBISCH, RAÚL. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. Revista CEPAL, n. 1, 1949.

SEN, AMARTYA. *Development as freedom*. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

SILVA, J. A.; LIMA, A. R. *Convivência com o semiárido: desafios climáticos e soluções sustentáveis*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2021.

WILLIAMSON, OLIVER E. *The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting*. New York: Free Press, 1985.